

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1

A Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 1(um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na área de Economia Regional e Urbana, na disciplina CE-653 Economia Regional e Urbana, do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.592,14
- b) RTC – R\$ 4.041,51
- c) RDIDP – R\$ 9.185,10

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão recebidas todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –, no horário das 09 às 12 e das 14 às 17 horas, na Secretaria do Instituto de Economia, situada(o) na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo.

Endereço: Rua Pitágoras, 353

3.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento dirigido ao(a) Diretor(a) do Instituto de Economia, contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a ata da defesa de sua Tese de Doutorado, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. Os candidatos que tenham obtido o título de

Doutor no exterior, caso aprovados, deverão obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao(a) Diretor(a) do Instituto de Economia, que a submeterá ao Departamento, ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a área em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto.

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à Congregação da Unidade, que encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação à deliberação da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE.

3.3.2. O requerimento de inscrição no concurso será deferido se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes na Sessão da CEPE.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do início das provas.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão indicados pela Congregação da Unidade e aprovados pela CEPE.

4.1.2. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Poderão integrar a Comissão Julgadora profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do país ou do exterior.

4.3. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas:

a) prova específica (peso 2);

b) prova de títulos (peso 2);

c) prova de arguição (peso 3);

d) prova didática (peso 3).

5.2. A prova específica consistirá de:

a) uma prova escrita dissertativa, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.2.1. No início da prova específica, a Comissão Julgadora fará a leitura do(s) ponto(s) da prova escrita dissertativa, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos.

O ponto sorteado para a prova específica será excluído do sorteio da prova didática.

5.2.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.2.1 não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova específica escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.2.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.2.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova específica, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.3. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato.

5.3.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.4. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.4.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.4.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.5. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.5.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.5.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.6. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.7. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática e específica terão caráter classificatório.

6.1.1. A prova específica também terá caráter eliminatório, caso compareçam mais de 08 (oito) candidatos.

6.1.1.1. Na hipótese da prova específica ter caráter eliminatório, deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) ao final da prova específica cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), considerando o previsto no item 5.2 deste edital;

- b) após a atribuição das notas, o resultado da prova específica será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública;
- c) serão considerados aprovados na prova específica com caráter eliminatório os candidatos que obtiverem notas iguais ou superiores a 07 (sete), de, no mínimo, 03 (três) dos 05 (cinco) examinadores;
- d) somente participarão das demais provas do concurso público os candidatos aprovados na prova específica;
- e) as notas atribuídas na prova específica por cada um dos examinadores aos candidatos aprovados serão computadas ao final do concurso público para fins de classificação, nos termos do item 6.3 deste edital.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1 deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora e colocadas em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova. Ao final de todas as provas do concurso, em sessão pública, os envelopes serão abertos pela Comissão Julgadora.

6.2.2. Caso a prova específica não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. Ao término das provas, cada candidato terá de cada examinador uma nota final, que será a média ponderada das notas atribuídas pelo examinador ao candidato.

6.3.1. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais por ele apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s), de acordo com as notas finais obtidas nos termos do item anterior. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, da qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do presente concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

6.5.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.4. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será efetivado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subsequentemente até a classificação do último candidato aprovado.

6.5.4.1. Para as classificações seguintes deverão ser desconsideradas as indicações do candidato já classificado e considerada a ordem de classificação feita por cada um dos examinadores para os candidatos remanescentes.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação da(o) Instituto de Economia, que só poderá rejeitá-lo, no todo ou em parte, por 2/3 (dois terços) de seus membros presentes, quando unânime, ou por maioria absoluta, também de seus membros presentes, quando o parecer apresentar apenas três assinaturas concordantes dos membros da Comissão Julgadora.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à homologação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no site da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no site www.sg.unicamp.br, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1(um) anos, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2.c) entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria da(o) Instituto de Economia. Após este prazo, se não retirados, os memoriais poderão ser descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-03/03.

9.8.1. Cópia(s) da Deliberação mencionada poderá ser obtida no sítio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria do Instituto de Economia, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

Anexo I – Programas das Disciplinas

CE 653 – ECONOMIA REGIONAL E URBANA

1. INTRODUÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS DA ECONOMIA ESPACIAL

2. A GÊNESE DA URBANIZAÇÃO E DA DINÂMICA ECONÔMICA REGIONAL DO BRASIL: DA COLÔNIA À CRISE DE 1929

3. UNIFICAÇÃO DO MERCADO NACIONAL PÓS-1930: DINÂMICA ECONÔMICA E QUESTÃO REGIONAL

4. EVOLUÇÃO ECONÔMICA, URBANIZAÇÃO E REDE URBANA NO BRASIL

5. O DEBATE ATUAL SOBRE A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA

6. TENDÊNCIAS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

7. POLÍTICA REGIONAL E URBANA BRASILEIRA RECENTE

Bibliografia

ARAÚJO, Tânia B. (2000). Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro, Revan.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de (2000) - Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, in Bacelar de Araújo, T. (2000), Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências, Rio de Janeiro: Revan.

ARANTES, O., VAINES, C. e MARICATO, E. (2000), A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes.

AZEVEDO, Aroldo de (1956). Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. São Paulo, FFCL/USP (Boletim de Geografia).

BENKO, Georges (1999). A ciência regional. Oeiras (Portugal): Celta.

BNDES (2002), Desenvolvimento em Debate: Novos Rumos do Desenvolvimento no Mundo, Painel: Distribuição de Renda: redução das disparidades regionais, volume 3, Rio de Janeiro.

BOUDEVILLE, J. (1973). Os espaços econômicos. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

BRANDÃO, Carlos A. (2003). A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda de pesquisas. Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Livre Docência, 2003.

CANO, Wilson (1977). Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, São Paulo: HUCITEC, 3ª ed, 1991.

CANO, Wilson (1985). Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970, São Paulo: Ed. Global/Unicamp.

CANO, Wilson & GUIMARÃES NETO, Leonardo (1986). A Questão Regional no Brasil: Traços Gerais de sua Evolução Histórica, in Pensamento IberoAmericano, Revista de Economia

Política, no 10, Desarrollo Regional - Nuevos Desafíos, julho/dezembro de 1986, pp. 167 a 184. São Paulo.

CANO, WILSON (1988). Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico pós 1930, in Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, Olinda, 1988, vol. 2, pp. 67 a 99.

CANO, Wilson (1998). Desequilíbrios Regionais e Concentração industrial (1930-95). Campinas, Editora Unicamp. IE.

CANO, Wilson (2002). Ensaio sobre a formação regional brasileira. Campinas: IE/UNICAMP.

CANO, Wilson (2006) A desconcentração espacial da indústria paulista. Boletim regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, Brasília, n.1, p. 18-22, 2006.

CARDOSO, Fernando H. A Cidade e a Política: Do Compromisso ao Inconformismo, in Autoritarismo e Democratização, Ed. Paz e Terra, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1975, pp. 153 a 163.

COMPANS, Rose (2005). Empreendedorismo urbano. São Paulo, Editora da Unesp.

DINIZ, Clélio Campolina (1991). Dinâmica Regional da Indústria no Brasil: Início de Desconcentração, Risco de Reconcentração. Tese de Titular. Belo Horizonte, UFMG.

DINIZ, Clélio Campolina (1993). Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem Desconcentração nem contínua Polarização. Nova Economia, 3(1). Belo Horizonte.

DINIZ FILHO, Luis Lopes (2005). Para onde irão as indústrias. IN: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. Que país é esse? São Paulo: Globo, 2005, p. 63-97.

DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (2002), O planejamento regional no Brasil, os fóruns de competitividade e os eixos nacionais de integração e desenvolvimento. CEDEPLAR, Belo Horizonte.

FARIA, Vilmar (1978). O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Anais do I Encontro da Abep, pp. 89-110.

FARIA, Vilmar (1983). Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: Sorj, Bernard e Almeida, M. Hermínia T. de (1983). Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo, Brasiliense.

FARIA, Vilmar (1988). O processo de urbanização no Brasil e seu estudo: evolução no último meio século. Anais do VI Encontro Anual da ABEP.

FARIA, Vilmar (1991). Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. In Novos Estudos Cebrap, 29:98-119.

FURIO, Elies (1996). Evolucion y cambio en la economia regional. Barcelona (Espanha): Ariel.

GALVÃO, A.; BRANDÃO, C. (2003). Fundamentos, Motivações e Limitações da Proposta Governamental dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. IN: GONCALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos A. e GALVÃO, Antônio C. Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo, Editora da Unesp.

GEIGER, Pedro. P. (1963). Evolução da rede urbana brasileira. Rio de Janeiro, CBPE.

GONCALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos A. e GALVÃO, Antônio C. (2003). Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo, Editora da Unesp.

GONZÁLEZ, Román R. (1999). Políticas de Desarrollo Regional. Européia. REN - Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 30, n. 2, pp. 192-211, abr-jun.

Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste - GTDN (1959). Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste, 2ª edição, Recife, SUDENE, 1967.

GUIMARÃES NETO, Leonardo (1996). Ciclos Econômicos e Desigualdades Regionais no Brasil. XXIV Encontro Nacional da ANPEC, pp.480-498.

HADDAD, Paulo (1989). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB.

HARVEY, David (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: transformação da administração urbana no capitalismo tardio", in Espaço e Sociedade, n. 39, 1996, pp. 48 a 64.

HOLANDA, Sérgio B (1977) - Raízes do Brasil, Ed. J. Olympio, 11a edição.

KON, Anita (2002). Unidade e Fragmentação. São Paulo, Pioneira.

MACEDO, Fernando César de; MATOS, Elmer N., O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. In: XII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Belém. Anais... Belém: ANPUR, 2007

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2005). Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Vários textos disponíveis em www.integração.gov.br.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2006). Boletim Regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em www.integração.gov.br.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Publicações diversas disponíveis em www.cidades.gov.br .

Ribeiro, Luiz César e Adauto Lucio Cardoso (org.) (2003). Reforma Urbana e gestão democrática - Promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, Revan.

MORSE, Richard M. (1975). - A Evolução das Cidades Latino-Americanas, Ed. Brasiliense - CEBRAP, São Paulo.

NESUR/IPEA/IBGE (1999). Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Editora do IE. Unicamp.

OLIVEIRA, Francisco de (1977). Elegia para uma Re(li)gião, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

OLIVEIRA, Francisco de. (1982). O Estado e o urbano no Brasil. In Espaço e Debates, vol. 6: 36-54.

PACHECO, Carlos A (1998). A Fragmentação da Nação. Campinas, Editora Unicamp. IE.

REIS FILHO, Nestor G. (1968). Evolução urbana do Brasil. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

RIBEIRO, Luiz César e CARDOSO, Adauto Lucio (org.) (2003). Reforma Urbana e gestão democrática - Promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro, Revan.

RICHARDSON, H. W (1975). Economia Regional, Rio de Janeiro: Zahar.

SANTOS, Milton (1993). A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC.

SINGER, Paul (1968) Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, Cia. Editora Nacional, 2a edição, São Paulo, 1977.

Vainer, Carlos B. (2003). Utopias urbanas e desafio democrático. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, (105): 25-31, jul./dez.
